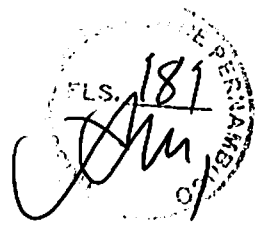




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

231

PROCESSO Nº 0207598-7

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO O ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: RIVANEIDE MARIA DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

5734

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – ART. 33, CAPUT DA LEI Nº 11.343/06. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. APELO MINISTERIAL. PRETENDIDA CONDENAÇÃO DA APELADA. AUTORIA E MATERIALIDADE CONSUBSTANCIADAS NOS SÓLIDOS TESTEMUNHOS DOS POLICIAIS QUE EFETUARAM A PRISÃO EM FLAGRANTE DA RECORRIDA E NOS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA ACOLHIDOS AOS FÓLIOS. PROVIMENTO DO APELO MINISTERIAL. UNANIMIDADE.

1. A regularidade dos depoimentos dos policiais, além de outros elementos de prova acolhidos aos autos, remete à responsabilidade penal da apelada pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes.
2. Provimento do Apelo Ministerial para condenar a recorrida pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes - art. 33, *caput*, da Lei

nº 11.343/06 – à pena de 03 (três) anos de reclusão e pagamento de 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato criminoso.



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 207598-7 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo ministerial.

Recife, 21 de maio de 2010.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

233

PROCESSO Nº 0207598-7

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO O ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: RIVANEIDE MARIA DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

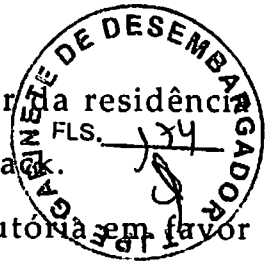
RELATÓRIO

Rivaneide Maria da Silva foi denunciada às fls. 01 A/01B pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes, crime tipificado no art. 33, *caput* da Lei nº 11.343/06.

Narra a peça inicial acusatória que no dia 30 de outubro de 2008, por volta das 21:30h, na 2ª Travessa da Sé, bairro Centenário, nas proximidades da residência da ora recorrida, em Caruaru, militares apreenderam 51 (cinquenta e uma) pedras de crack, 10 (dez) trouxinhas de maconha e 05 (cinco) papelotes da mesma erva, bem como um pedaço de cano com as extremidades tampadas com isopor, contendo algumas pedras de crack, a quantia de R\$ 66,00 (sessenta e seis reais), em cédulas e a importância de R\$ 11,00 (onze reais) em moedas.

Depreende-se, outrossim, que os militares, resolveram observar se o ponto de venda de drogas localizado na residência da apelada estava em atividade, posicionando-se a certa distância, ocasião em que e viram-na mexendo em alguns arbustos. Dirigiram-se ao local e

encontraram as referidas substâncias e quantias. No interior da residência foi achado o pedaço de cano contendo algumas pedras de crack.



Às fls. 126/128, foi prolatada sentença absolutória em favor da ora apelada sob o argumento de inexistência nos autos de indícios suficientes para a condenação.

234

Inconformado, o *parquet* anexou as razões do recurso às fls. 132/146, pugnando pela reforma da sentença e consequente condenação da recorrida, tendo em vista que restou comprovado o cometimento do delito ante os depoimentos prestados pelas testemunhas arroladas pelo Ministério Público.

Nas contrarrazões às fls. 154/158, a apelada, através de defesa técnica, pugnou pela manutenção da decisão absolutória diante da insuficiência de provas robustas para embasar um édito condenatório.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou, por intermédio do parecer de fls. 169/170, opinando pelo provimento do apelo.

É O RELATÓRIO.

À douta Revisão.

Recife, 14 de abril de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

FLS. 183
[Assinatura]

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

235

PROCESSO Nº 0207598-7

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO O ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: RIVANEIDE MARIA DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

VOTO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, buscando a reforma da sentença de fls. 126/128 que absolveu a ora apelada Rivaneide Maria da Silva da acusação de tráfico ilícito de entorpecentes, crime tipificado no art. 33, *caput* da Lei nº 11.343/06.

Inconformado, nas razões de apelação às fls. 132/144, o *parquet* argumenta que o conjunto probatório, consubstanciado no teor da prova testemunhal e as circunstâncias da apreensão da droga conduzem à procedência da denúncia.

Nas contrarrazões às fls. 154/158, a defesa pugna pelo não provimento do recurso aduzindo que a decisão prolatada pelo Juízo de 1º grau se adequa perfeitamente ao caso em apreço.

O apelo ministerial merece acolhida, pois suficientemente comprovada, através dos elementos de prova acostados aos autos, a responsabilidade penal da recorrida pela prática de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, conforme demonstrado adiante.

Os policiais militares que efetuaram a prisão e estiveram presentes quando da revista na residência da apelada, relataram com detalhes a atitude suspeita da mesma, bem como que confirmaram a existência de droga no interior do imóvel, senão vejamos:

236

"(...)

Que chegaram furtivamente e ficaram observando à distância, tendo visto a conduzida RIVANEIDE perto da casa dela, com uma vassoura na mão, sempre se aproximando de alguns arbustos, mexendo nos matos, deixando o declarante desconfiado de que havia algo escondido ali; QUE momentos depois aproximaram-se rapidamente e a abordaram, tendo em seguida feito uma revista nos arbustos onde vira a conduzida mexendo, passando a encontrar drogas ali, tendo encontrado várias pedras de crack; QUE encontrou no mesmo local 10 (dez) trouxinhas de maconha, todas separadas, além de 05 (cinco) papелotes de maconha; QUE foi encontrado em meio aos arbustos, num barranco, um pedaço de cano bem pequeno, com tampas de isopor, contendo algumas pedras de crack e também a quantia de R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) em cédulas e R\$ 11,00 (onze reais) em moedas; (...) QUE ao revistarem a residência da conduzida, encontraram ali outro pedaço de cano de aproximadamente 15 cm, com tampas de isopor, encontrando em seu interior 5 (cinco) pedras de crack (...)". - Depoimento do Policial Militar Edmilson José da Silva, fls. 03.

"(...)

QUE aproximaram-se e realizaram abordagem à conduzida e, ao verificarem o barranco e arbustos, passaram a encontrar várias pedras de crack e maconha, um pequeno pedaço de cano de 40mm com as extremidades tampadas com isopor, e também a quantia de R\$ 66,00 (sessenta e seis reais); QUE as drogas encontradas espalhadas no barranco totalizaram 51 (cinquenta e uma) pedras de crack, 10 (dez) trouxinhas de maconha e mais 05 (cinco) papелotes de maconha; (...) QUE dentro da casa da conduzida encontraram ainda um pedaço de cano de aproximadamente 15 cm de comprimento, com extremidades tampadas por isopor e contendo no interior 05 (cinco) pedras de crack (...)". - Depoimento do Policial Militar Rivaldo Lopes de Oliveira, fls. 05.

Embora negue a autoria delitiva, a apelada reconhece que o pedaço de cano que acondicionava a droga apreendida foi encontrado em sua residência, *verbis* (fls. 08):

"(...)

QUE mostrado um pedaço de cano de pvc branco, com aproximadamente 15 cm de comprimento, afirmou que o mesmo foi encontrado em sua casa. (...)"

237

Tais declarações não constituem os únicos meios de prova constante nos autos que indicam que a apelada incorreu no crime narrado na peça acusatória ministerial. O Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 37, Exame de Constatação Provisório de fls. 39, Perícia físico-química de fls. 73/75, cujo conteúdo faz prova da apreensão da substância conhecida por crack, produto derivado da cocaína-base e Laudo Pericial de fls. 83/85, demonstram a materialidade e os indícios de autoria.

Portanto, devidamente demonstrada a responsabilidade penal da ora recorrida, pela prática de tráfico de entorpecentes, deve ser reformada a decisão absolutória proferida em 1ª instância, tendo em vista a regularidade dos depoimentos dos policiais, que se coadunam perfeitamente com outros elementos de prova constante nos fólios, levando-se em consideração, outrossim, as circunstâncias em que a droga foi encontrada.

A propósito, colaciono o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS. PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. TESE DE FRAGILIDADE DA PROVA PARA SUSTENTAR A ACUSAÇÃO. VIA IMPRÓPRIA. NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. DEPOIMENTO DE POLICIAIS. VALIDADE PROBATÓRIA..

1. O exame da tese de fragilidade da prova para sustentar a condenação, por demandar, inevitavelmente, profundo reexame do material cognitivo produzido nos autos, não se coaduna com a via estreita do writ. Precedentes. 2. Os policiais não se encontram legalmente impedidos de depor sobre atos de ofício nos processos de cuja fase investigatória tenham participado, no exercício de suas funções, revestindo-se tais depoimentos de inquestionável eficácia probatória, sobretudo quando prestados em juízo, sob a garantia do contraditório. Precedentes. 3. Ordem denegada." (STJ - Min. Laurita Vaz - 5a Turma - HC nº 115516/SP - 03/02/2009).

Outrossim, é de se levar em conta o fato de que há notícia nos autos de que a apelada já foi presa e processada anteriormente por tráfico de drogas (cfe. declarações de fls. 05, 08, 10 e 12).

Diante do exposto, é de se dar provimento ao apelo ministerial para condenar Rivaneide Maria da Silva pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes, crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06.

238

Passo à dosimetria das penas.

Reprovabilidade social da conduta inerente ao tipo penal. A apelada, que não tem antecedentes criminais, aparenta agir em conformidade com as regras sociais. Os motivos e as circunstâncias em que se dera o fato delituoso não são relevantes, embora graves as consequências advindas do tráfico que, sabidamente, ocasiona danos à saúde da coletividade. O motivo determinante para a prática delituosa é o lucro fácil.

Diante de tal análise, restando desfavoráveis duas circunstâncias judiciais, fixo a pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Ausentes circunstâncias agravantes e atenuantes, e diante da minorante prevista no §4º, do art. 33 da Lei nº 11.343/06, reduzo o *quantum* pela metade, deixando de fazê-lo na fração máxima em razão da existência de circunstâncias desfavoráveis, chegando-se à pena definitiva de 03 (três) anos de reclusão e pagamento de 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa.

A apelada deverá iniciar o cumprimento da reprimenda em regime fechado, de acordo com o que dispõe a lei nº 8.072/90, em seu art. 2º, §1º.

Verificando-se precária a condição financeira da recorrida, fixo o valor do dia-multa em 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato criminoso.

Por fim, condeno a apelada ao pagamento das custas judiciais.

239

É COMO VOTO.

Recife, 20 de abril de 2010.


Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



240

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0207598-7
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADA : RIVANEIDE MARIA DA SILVA
RELATOR : GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA
REVISOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : 4º VARA CRIMINAL DE CARUARU
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : ADRIANA GONÇALVES FONTES

VOTO DE REVISÃO

Insurge-se o Ministério Público do Estado de Pernambuco contra a sentença de fls. 126/128, que absolveu Rivaneide Maria da Silva da prática do delito capitulado no art. 33 da Lei nº 11.343/06.

Sustenta o representante ministerial nas razões recursais às fls. 131/146, em resumo, ser pertinente a condenação da apelada no crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06, sob o fundamento de que as provas produzidas durante a instrução são suficientes a condenação.

A apelada apresentou contrarrazões às fls. 153/158, pugnando pela manutenção da sentença.

A Procuradoria de Justiça, pela Procuradora Adriana Fontes, ofertou parecer às fls. 169/170, opinando pelo provimento do apelo.

Examino:

Narra a denúncia que no dia 30/10/2008, por volta das 21h30min, policiais militares, cientes de que na residência da apelada funcionava um ponto de venda de drogas, ficaram observando o movimento do local. Ao verem a apelada "mexendo em alguns matos", desconfiaram da sua atitude e foram dar uma busca no local, onde encontraram diversas pedras de crack, 10 trouxinhas de maconha e 05 papalotes da mesma erva, R\$ 66,00 (sessenta e seis) reais em cédulas, R\$ 11,00 (onze reais) em moedas, além de um pedaço de cano com as extremidades tampadas com isopor, contendo algumas pedras de crack.

Na residência da apelada foi apreendido outro pedaço de cano, em circunstâncias semelhantes ao que foi encontrado no mato, contendo 05 pedras de crack.



241

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Com a filha da apelada foi encontrado R\$ 221,00 (duzentos e vinte e um reais) em cédulas e R\$ 2,00 (dois reais) em moedas.

Examino:

A materialidade delitiva é incontroversa, encontrando-se comprovada através do Auto de Apresentação e Apreensão às fls. 37 e dos laudos periciais às fls. 71/75, 81/85 e 89/91.

A autoria ficou evidenciada por meio dos depoimentos dos policiais militares que participaram da operação, indicando a apelada como a proprietária da droga apreendida.

O policial Rivaldo Lopes de Oliveira, às fls. 113, disse: "que ele depoente participou da prisão da acusada; que a acusada já era conhecida da polícia, inclusive ele depoente já cumpriu mandado de busca e apreensão na casa da acusada; que cumprindo esse mandado de busca, foi encontrada em frente a casa da depoente drogas; que estavam sendo vendidas por uma menor e pela filha da acusada que também é menor; que ele depoente e outros policiais ficaram observando e viram a acusada em atitude suspeita varrendo um barranco, coberto por uma vegetação; que ao abordarem a acusada encontraram no barranco em baixo da grama pedras de crack, maconha e dinheiro, em locais diferentes, inclusive algumas pedras de crack dentro de um cano de PVC; que encontrado as drogas no barranco a polícia encontrou no interior da casa da acusada outro cano PVC contendo dentro do mesmo pedras de crack; que os canos encontrados no barranco e na casa da acusada tinham o mesmo diâmetro; que a acusada negou a propriedade da droga; que a casa mais próxima ao barranco era a da acusada, pois a outra casa que era mais próxima estava fechada; que o terreno é um terreno baldio e na parte de cima é utilizado como se fosse um lixão"

Edmilson José da Silva, policial militar, às fls. 113/114, asseverou: "que ele depoente participou da prisão da acusada; que a polícia tomou informação de que havia um ponto de drogas na residência da acusada, tendo alguns policiais se dirigido ao local e no ponto estratégico ficaram observando; que notaram a acusada se aproximando muito e varrendo a vegetação bem rasteira ocasião em que ele depoente e outros policiais foram ao local, abordaram a acusada e nesta vegetação encontraram várias pedras de crack, maconha, dinheiro, em pontos diversos, encontraram ainda na casa da acusada pedras de crack; que tomando conhecimento de que a filha da acusada auxiliava ela na venda de drogas, a mesma foi abordada e foi encontrada com ela uma sacola com uma significativa importância em dinheiro; (...) que foram encontrados dois canos de PVC com pedras de crack dentro dos mesmos, sendo um encontrado na vegetação e o outro na casa da acusada; que ele depoente tem conhecimento que já foi cumprido um mandado de busca e apreensão; que o terreno onde foi encontrada a droga ficava bem em frente casa da acusada".

2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
19
242

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Conforme se observa, os depoimentos dos policiais não apresentam contradições. Além disso, as denúncias existentes e a atitude suspeita da apelada, associadas às circunstâncias em que a droga foi encontrada não deixam dúvidas de que ela era a proprietária do material ilícito e participava ativamente do esquema criminoso realizado em sua residência.

Como ponderou o representante ministerial, em suas razões recursais: "verifica-se, portanto, que não obstante a denunciada negar que as drogas apreendidas no barranco eram de sua propriedade, as mesmas foram encontradas em um recipiente igual ao encontrado em sua residência, também contendo pedras de crack. Aliado ao fato de que os recipientes encontrados no barranco e na casa da denunciada são idênticos, vale realçar que a atitude da acusada de varrer, às 21h, um barranco encoberto por vegetação, é imensamente estranha para o horário e suspeita pelo local que guarnece muitas pedras de crack, maconha e dinheiro. Ora, além de desnecessário varrer um barranco encoberto por vegetação, o horário que a acusada escolheu para realizar tal tarefa não se justifica. Coincidência, entretanto, é o fato de tal horário ser propício à venda de drogas".

Não é demais lembrar que o depoimento de policiais têm valor probante, notadamente quando prestados sob o crivo do contraditório, como no caso dos autos.

Sendo assim, acertada se mostra a pretensão do parquet acerca da condenação da apelada nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/06. Passo, então, a dosar a pena.

Culpabilidade - Nos crimes de tráfico a natureza da substância entorpecente e sua quantidade são critérios decisivos para justificar a maior reprovação da conduta do agente.

No caso em apreço, a apelada foi presa em flagrante com 56 pedras de crack, 10 trouxinhas de maconha e 05 papéletes da erva, quantidade que denota maior reprovabilidade do que a comum à espécie delitiva.

Antecedentes - Não há registro negativo. Compulsando o sistema JUDWIN, constatei que apesar dela ter respondido a outra ação penal por crime de idêntica natureza, foi absolvida por sentença, a qual transitou em julgado.

Conduta Social - Não há indicação negativa.

Personalidade - Normal.

Circunstâncias - Inerentes ao próprio tipo penal.

M



243

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Motivos e Consequências – Desfavoráveis. O motivo foi o lucro fácil e as consequências à saúde pública são por demais graves.

Não é demais lembrar que, nos crimes de tráfico, o lucro fácil (motivo) e as nefastas consequências à saúde pública constituem fundamentação idônea.

Observe-se precedente do STJ, da lavra do Min. Gilson Dipp:

CRIMINAL. HC. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. REDUÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. CONSIDERAÇÃO DE PECULIARIDADES CONCRETAS DO DELITO. OBJETIVO DE LUCRO FÁCIL. PREJUÍZO À SAÚDE PÚBLICA. EXASPERAÇÃO FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA. HC CONCEDIDO, DE OFÍCIO, PARA AFASTAR A FUNDAMENTAÇÃO RELATIVA À CULPABILIDADE DO RÉU. ASPECTOS INERENTES AO PRÓPRIO TIPO PENAL.

I. Omissis

II. Omissis

III. O magistrado singular, para a exasperação da pena-base, procedeu ao correto exame das circunstâncias judiciais relativas ao motivo e às consequências do crime, **considerando as peculiaridades concretas do delito de tráfico de drogas em questão, tais como o objetivo de lucro fácil e as graves consequências à saúde pública, aspectos caracterizadores da referida prática criminosa que não são inerentes ao tipo penal.**

IV. Omissis.

V. Omissis.

(Superior Tribunal de Justiça, HC 59045/GO, Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 22/08/2006).

Sendo assim, considerando que a apelada goza de apenas 03 circunstâncias desfavoráveis, fixo-lhe a pena-base em 08 anos de reclusão.

Inexistem atenuantes ou agravantes.

Embora a apelada goze de bons antecedentes criminais, deixo de aplicar a minorante prevista no art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/06 por entender que ela se dedica à atividade criminosa, na condição de proprietária de uma "boca de fumo". Não existe notícia de que a apelante exerça qualquer outra atividade remunerada.

No mesmo sentido, colho julgado do STJ:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE PROBATÓRIA INCOMPATÍVEL COM A VIA ELEITA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA. ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/06. NÃO-PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. RÉU PRIMÁRIO E DE BONS ANTECEDENTES QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. VEDAÇÃO LEGAL. ORDEM DENEGADA.

{...}

2. Segundo o § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, nos crimes relacionados ao tráfico ilícito de entorpecentes, as penas poderão ser reduzidas de 1/6 a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

2/3, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique a atividades criminosas nem integre organização criminosa.

3. É inaplicável a minorante legal quando, embora o paciente seja primário e de bons antecedentes, não atende ao requisito previsto no mencionado dispositivo atinente à vedação de se dedicar a atividade criminosa.

(...)

6. Ordem denegada.

[HC 139.161/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2009, DJe 14/09/2009]

Por último, não havendo causas de diminuição ou aumento de pena a considerar, **torno definitiva a pena-base aplicada (8 anos de reclusão).**

Levando em conta o exame das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo a pena de multa em **700 dias-multa, a ser calculada a base de 1/30 do salário mínimo vigente do país a época do fato.**

Por fim, em obediência ao disposto do § 1º, do art. 2º, da Lei nº 8072/90, com redação dada pela Lei nº 11.464/07, **fixo o regime inicialmente fechado para cumprimento da pena.**

Ante o exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **dou provimento ao apelo ministerial, para CONDENAR a apelada Rivaneide Maria da Silva nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/06, aplicando-lhe a pena definitiva de 08 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, e 700 dias-multa, a base de 1/30 do salário mínimo vigente do país a época do fato. Condeno-a, ainda, no pagamento das custas processuais.**

É como voto.

Recife, *21 de maio* de 2010.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CRIMINAL – 21.05.2010

245

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 207598-7 – CARUARU

APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO : RIVANEIDE MARIA DA SILVA

RELATOR : DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

REVISOR : DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

VOTO DO RELATOR CONSTANTE NAS FOLHAS 183/187 DOS AUTOS

VOTO DO REVISOR CONSTANTE NAS FOLHAS 188/192 DOS AUTOS

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE)

A Turma está de acordo em dar provimento, porém está divergente quanto à dosimetria. O Relator fixou a pena-base em 6 anos de reclusão, com a redução da minorante do §4º, do artigo 33, reduzindo pela metade e tornando definitiva a pena de 3 anos; o Revisor fixou a pena-base em 8 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, e 700 dias-multa, a base de 1/30 do salário mínimo vigente do país à época do fato, condenando-a, ainda, no pagamento das custas processuais.

Eu vou seguir aquela linha do Desembargador Relator. O eminente Relator aplicou seis anos de reclusão e encontrou a redução do § 4º, artigo 33 da Lei 11343/06 e, na metade, ele chegou a três anos de reclusão, que era a pena mínima da anterior lei (Lei nº 6368/76). Eu escutei que a apelada já foi envolvida com drogas, mas foi absolvida. Há quantidade de substâncias entorpecentes encontradas na casa, dentro de um cano. É dela, mas a droga não é dela. Eu observei, também, o seguinte, Desembargador Alexandre, que o juiz da comarca absolveu e a insatisfação é do ministério Público. Eu vejo, aí, quando o Relator dá provimento e aplica a pena-base um pouco acima do mínimo. O mínimo, hoje, são cinco anos. Ele aplicou seis anos de reclusão e entendeu de aplicar até o redutor previsto no § 4º.

Então, dentro de uma linha até de uma oportunidade dessa cidadã, quer dizer, se tem ocupação ou não, vive de quê? Quer dizer, é aquela situação, o tráfico de drogas, numa situação dessas, são pessoas que são levadas pelas próprias circunstâncias, hoje, sociais de emprego, de material.

Eu vejo o posicionamento de Vossa Excelência, concordo plenamente, mas achei alta a fixação da pena-base de oito anos de reclusão, inclusive pelas circunstâncias desfavoráveis à apelada em se manter a pena definitiva em oito anos. Eu achei um pouco exacerbada devido às circunstâncias anteriores que me impressionaram, quando o juiz absolve, tinha lá as suas razões e, na verdade, o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Desembargador Relator e o Desembargador Revisor encontraram a autoria, a responsabilidade pela posse da substância entorpecente para fins de tráfico, logicamente. No entanto, quanto ao quantitativo da pena é que eu me mantenho com o Desembargador Relator no sentido de permanecer a pena seis anos de reclusão, acatando o § 4º do art. 33 da Lei 11343/06 para reduzir a pena na metade, tornando-a definitiva em três anos de reclusão e duzentos e cinquenta dias-multa no valor de 1/30 avos do salário mínimo vigente à época do fato. 246

Então, eu decido em dar provimento, acompanhando a Turma em dar provimento, e a decisão da pena sendo fixada de acordo com o Relator.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA, POR MAIORIA, CONDENAR A RÉ NA PENA DE 6 (SEIS) ANOS DE RECLUSÃO, ACATANDO O § 4º DO ART. 33 DA LEI 11343/06 PARA REDUZIR A PENA NA METADE, TORNANDO-A DEFINITIVA EM 3 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) DIAS-MULTA, NO VALOR DE 1/30 (UM TRINTA AVOS) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO FATO, FIXANDO O REGIME DE CUMPRIMENTO O INICIALMENTE FECHADO, EXPEDINDO-SE MANDADO DE PRISÃO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO."
